

EDUCAÇÃO: NOVOS ESPAÇOS DE CONHECIMENTO E DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE

Lucemeire da Silva Costa

Mestranda em Geografia - UFU

Vilmar José Borges

Mestrando em Educação - UFU

ABSTRACT - Modern societies have been through deep and fast changes in very different fields. Such changes are due to this so called *Third Scientific Technological Revolution*, which accelerates the production and dissemination of new knowledge. It is within this context that Education has to find ways to contribute and transform reality as a whole, providing citizens with alternatives that can indicate how to promote changes in reality. Having in mind what was exposed, this article aims at analyzing these ways of transformation, pointing out new opportunities of knowledge production, which can construct a meaningful process of education.

KEYWORDS: education – modernity – neoliberalism – citizenship - knowledge

Repensar a ação docente é um constante desafio, principalmente quando se visa formar um aluno cidadão, consciente, crítico e atuante. Esse desafio se intensifica diante das rápidas e profundas transformações nos mais variados setores da vida contemporânea, acentuadas com a Terceira Revolução Técnico-Científica, com o desenvolvimento da robótica, da informática, da bio-engenharia, de novos materiais..., acelerando a produção e disseminação de novos saberes, de novas informações.

Conforme DOWBOR (1994), é possível detectar cinco grandes eixos que são indicadores dessas transformações por que passam o mundo contemporâneo e que

merecem ser analisados, uma vez que são geradores de “novos espaços de conhecimento”. Esses eixos são os seguintes: o avanço tecnológico, a internacionalização, a urbanização, a polarização e a dimensão do Estado.

Assim, tendo em vista a necessidade de se compreender a complexa trama organizacional dessa sociedade contemporânea e em transformação, buscando numa visão de totalidade encontrar formas e/ou caminhos alternativos para nela intervir quando necessário. Mister se faz considerar os indicadores de sua transformação, num processo de interligação e mútuo diálogo e influência entre si.

Diante do exposto, considerando que o campo educacional é parte integrante/integralizador desse todo social, no qual a escola, de um modo geral, está inserida e, portanto, recebendo influências e podendo influenciar no mesmo e, considerando, também que o Estado e o próprio sistema social atribui à escola e aos educadores o papel de formação do tipo ideal de trabalhador e de homem, nosso objetivo no presente texto será o de analisar os indicativos de mudanças da sociedade contemporânea, destacando os “novos espaços do conhecimento” nele gerados e que, por conseguinte, apresentam-se como desafio ao trabalho do educador que visa uma educação significativa e cidadã.

O **avanço tecnológico**, sobretudo a partir da Terceira Revolução Técnico-Científica, além de novos produtos, agilidade e intensidade de produção, gerou também, um maior volume de informações, novos espaços e necessidades de conhecimento, bem como novos meios de disseminação dos mesmos, acelerando não só a sua produção, como também a obsolescência dos conhecimentos.

Estes avanços ao serem incorporados pelo campo educacional geram novos espaços de conhecimento, seja pela mudança no papel do professor e do aluno no processo ensino-aprendizagem (o professor já não sabe tudo e nem o aluno sabe nada), seja pelos

impasses que uma provável indústria cultural do conhecimento pode gerar ou pelas possibilidades de produção de novos saberes a partir de seu uso crítico e reflexivo.

A **internacionalização** é auxiliada em grande parte pelos avanços tecnológicos, particularmente os que se referem aos meios de comunicação e transportes. Observa-se que o mundo atual encontra-se verdadeiramente “mundializado”, globalizado. Podemos perceber este fenômeno não apenas por seu aspecto econômico, uma vez que esta mundialização tem como um de seus objetivos incrementar este tipo de relação entre os países, como também nos mais variados aspectos da vida, cultural, político, social..., e que, de modo geral, possam vir a atender aos interesses de expansão do grande capital internacional.

Assim, o mundo torna-se, conforme Milton Santos, em uma verdadeira “aldeia global”, devido a rapidez dos fluxos de informações, que parecem transcender a própria noção de tempo e de espaço e que permitem, em questão de *bytes*, por exemplo, que alguns milhões de dólares sejam transferidos de um lugar para outro... Ou, ainda, porque pode-se assistir aos mesmos programas de TV, comer o mesmo *sandwich*, tomar o mesmo refrigerante, ouvir a mesma música, estar na moda... em qualquer lugar do mundo.

A internacionalização é, portanto e também um novo espaço de conhecimento que se descortina e se impõe na atualidade.

Outro indicativo de transformação da sociedade é a questão da **polarização**, ou seja, a instalação dos pólos, cada vez mais acentuados com o processo de globalização da economia, entre ricos/dominantes e pobres/dominados.

Não obstante os inquestionáveis avanços científico-tecnológicos que, de modo geral, permitiram maior longevidade ao homem, maior rapidez e qualidade na produção,

entre outros, não se pode fechar os olhos para o aspecto polarizador que a sociedade contemporânea apresenta: o fosso que separa os ricos dos pobres aumentou e muito, visto que esses avanços são apropriados e seus benefícios são destinados ao atendimento dos interesses da classe dominante.

A título de ilustração do fosso acentuado pelo processo da polarização, segue, abaixo, tabela de distribuição de renda no mundo, conforme relatório sobre o desenvolvimento mundial em 1996.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO MUNDO - 1996				
Distribuição percentual sobre o total da renda ou consumo				
Frações da população				
País	20% mais pobres	60% Intermediários	20% mais ricos	10% mais ricos
Suíça	5,2	50,2	44,6	29,8
Japão	8,7	53,8	37,5	22,4
Estados Unidos	4,7	53,4	41,9	25,0
Alemanha	7,0	52,8	40,3	24,4
Cingapura	5,1	45,9	48,9	33,5
Espanha	8,3	55,5	36,6	21,8
México	4,1	40,5	55,3	39,2
Brasil	2,1	30,6	67,5	51,3
Rússia	3,7	42,4	53,8	38,7
Guatemala	2,1	34,9	63,0	46,6
China	6,2	49,9	43,9	26,8
Índia	8,5	49,0	42,6	28,4
Guiné Bissau	2,1	39,1	58,9	42,4
Ruanda	9,7	51,3	39,1	24,2

Fonte: Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1996. In: SENE, Eustáquio de. *Geografia geral e do Brasil*: espaço geográfico e globalização. São Paulo: Scipione, 1998. p.33.

A tabela acima vem ao encontro da constatação de que a polarização entre ricos e pobres é cada vez mais acentuada, onde é possível detectar, ainda, que a riqueza está distribuída de forma muito mais desigual nos países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil.

Deve-se considerar, também, o processo de **urbanização** da sociedade atual, já que de meados do século XX para cá, mudanças intensas ocorreram na maioria das sociedades, dentre as quais, podemos citar o Brasil, onde, segundo DOWBOR (1994), ocorreu uma inversão, já que até 1950 a população brasileira era basicamente de oitenta por cento rural e, atualmente, esse é o percentual aproximado da população urbana. Esse fato, por si só, gera grandes transformações no modo de vida da população, que passa a ter novas necessidades. Isto permite também uma reflexão a partir da noção de Estado enquanto gestor.

A urbanização deveria, na visão de DOWBOR (1994), ocasionar um processo de descentralização do poder, oferecendo aos municípios condições para gerirem seus recursos, a exemplo da Suécia, fato que não ocorre no Brasil, não obstante as atuais discussões e políticas, acerca do processo de municipalização do ensino. O processo de urbanização ocasiona, também, o aumento na/pela procura de vagas nas escolas, em

busca da qualificação para o trabalho, aparecendo, portanto, como mais um “espaço de conhecimento”, a ser considerado pelos educadores na atualidade.

No que se refere a **dimensão do Estado** há que se considerar que todos os indicadores de mudança acima analisados são determinantes/determinados de sua ação, sem perdermos de vista a retórica neoliberal.

As rápidas transformações na sociedade global contraditoriamente aos princípios do neoliberalismo - Estado mínimo -, passam cada vez mais, a exigir, direta ou indiretamente, uma postura do Estado diante dos desafios postos. O Estado, por sua vez, transfere esses desafios às instituições escolares, atribuindo às mesmas, ainda que sem todas as condições ideais necessárias, o papel de formação de um novo tipo de trabalhador e de homem, que atenda as expectativas e necessidades da sociedade contemporânea.

Uma das facetas do Estado mínimo é diminuir seus gastos com o social, do qual a educação faz parte. Ora, em meio a tamanhas desigualdades e polarização, diminuir os gastos sociais pode tornar ainda mais catastrófico o atual quadro. De acordo com DOWBOR (1994), o Estado deve ser amplo, porém deve-se mudar sua maneira de funcionar. O que se deve questionar é qual a sua função e a quem ele deve servir. Na sua opinião, a uma pessoa gorda, que tem

dificuldades para se mover, não se lhe corta a perna, mas lhe propicia melhores condições de vida e de locomoção.

Depreende-se da presente análise, que dos eixos indicativos de transformações sociais, de cunho predominantemente sócio-econômico-político e cultural advém os discursos que estão na ordem do dia: qualidade, maior produtividade, incorporação de novas tecnologias, competitividade, pesquisas utilitárias, dentre outros, os quais vão estar, também, presentes na pauta da Educação.

Assim, no campo educacional, vem ocorrendo muitas alterações e, segundo NEVES (1999: 133-4), *“nunca antes no Brasil o Estado interveio tão rápida e organizadamente na formação de um novo tipo de trabalhador e homem, utilizando-se para isso da aparelhagem escolar e dos meios educacionais existentes no cotidiano escolar...”*. Resta, portanto, aos educadores, uma postura reflexiva, conforme PERRENOUD (1998), buscando compreender à serviço e à favor de quem se está trabalhando.

MARRACH (1996), em seu texto *“Neoliberalismo e educação”*, faz uma análise condensando os grandes eixos propostos por DOWBOR (1994). Ela trata desses aspectos enfocando o papel do Estado neoliberal na educação contemporânea. Conforme sua análise, o

Estado neoliberal diferencia-se do liberal nos seguintes aspectos: enquanto o liberalismo clássico propunha, como em seu *slogan* *“igualdade, liberdade e fraternidade”*, dando supremacia aos aspectos políticos e sociais do indivíduo, enquanto cidadão, o neoliberalismo enfoca o cidadão enquanto consumidor e baseia-se na afirmação de que o Estado se auto-regula (força a busca da qualidade, levando à competição; na competição, só os melhores ficam), encontrando as saídas para as crises.

Contudo, parafraseando SILVA (1994), verifica-se que no neoliberalismo ocorre uma regressão do campo social e político, restringindo-se apenas aos direitos do cidadão, enquanto consumidor. MARRACH (1996) reforça essa idéia ao afirmar que a base do liberalismo clássico era o indivíduo, já o neoliberalismo está na base das grandes corporações e organizações internacionais e instituições supranacionais como o BIRD e o FMI.

Neste contexto, MARRACH (1996), destaca três objetivos básicos do Estado neoliberal com relação à educação, quais sejam, o atrelamento da formação de mão-de-obra à educação e a pesquisa acadêmica às necessidades do mercado; a afirmação da escola como instância reprodutora da ideologia dominante; e, a consolidação da escola como consumidora dos produtos da tecnologia cultural e da informática.

Segundo o objetivo de atrelamento da formação de mão-de-obra à educação e da pesquisa acadêmica às necessidades do mercado, a escola deve formar o trabalhador apto a operar com as novas tecnologias, capaz de competir no mercado nacional e internacional. No que se refere à relação pesquisa acadêmica/mercado, o que se coloca é a questão da produtividade, da pesquisa utilitária, de resultados a curto prazo, de maneira a atender as necessidades do mercado global competitivo. Aqui recai a postura contraditória neoliberal, especialmente no caso das universidades, as quais devem buscar verbas para se auto-gerirem junto a empresas e órgãos de financiamento, uma vez que o Estado neoliberal reduz a sua atuação, pelo corte de verbas.

A crítica fundamental posta é que, em sua grande maioria, as pesquisas prático-utilitárias, de curto prazo e satisfatórias ao mercado, em geral, pertencem às áreas de exatas e biomédicas. Questiona-se: a área de humanas, da qual a Educação faz parte, como ficaria nesse contexto? APPLE (1994) afirma, neste sentido, que a integração da universidade à produção industrial, baseada na técnica e na ciência, transforma e reduz a ciência em capital técnico-científico.

No que se refere ao objetivo que concebe a escola como instância reprodutora da ideologia dominante, a falha maior recai no

fato de não questionar o papel histórico da instituição escola/universidade como de atendente dos interesses da classe dominante, dentre os quais o de se manter no poder.

Contudo, enfatiza-se que nas últimas décadas, apesar ainda de contribuir para a perpetuação do tipo de sociedade vigente, está ocorrendo, nas mais diversas áreas do conhecimento e nas práticas pedagógicas, uma certa “abertura” crítica e reflexiva à este tipo de ideologia dominante.

Assim o neoliberalismo objetivando que as universidades se voltem mais para pesquisas práticas, conduzindo-as a buscarem, por conta própria, verbas; achatando salários dos professores e implementando uma política de contratos por tempo parcial, promove, em contra partida, o maior atrelamento entre pesquisa acadêmica e mercado, enfraquecendo os discursos críticos, já que esses, à curto prazo, não são de interesse do Estado e nem geram capital.

O terceiro objetivo, de consolidar a escola como consumidora dos produtos da indústria cultural e de informática, revela a contradição da postura neoliberal, visto que, se por um lado, o Estado quer tornar-se mínimo, por outro, não deixa de se valer de seus benefícios ao aproveitar para consolidar a escola como consumidora dos produtos da indústria cultural e da informática.

Exemplo disso pode ser observado no Programa de Distribuição do Livro Didático, implementado pela FAE/MEC - Fundação de Assistência ao Estudante do Ministério da Educação e Desporto, que visa adquirir e distribuir, gratuitamente, o livro didático para todos os alunos matriculados em escolas públicas de Ensino Fundamental. Esse programa coloca o MEC como o maior comprador/consumidor de livros didáticos do Brasil. Outro exemplo a se citar é o do Programa “Vídeo Escola”, que implementa a instalação de aparelhos de TV, vídeo e antenas parabólicas nas escolas.

É relevante considerar que, ao se transformar, transformando a escola em consumidora dos produtos da indústria cultural e da informática, o Estado neoliberal atende, em primeira instância, aos interesses do capital, tornando-se consumidor, portanto, em fonte de geração de lucros.

De acordo com o exposto, o Estado neoliberal quer a Educação atrelada aos seus interesses mais amplos, retirando desta retórica as implicações político-sociais. Os problemas que afligem a área educacional passam a ser vistos como de gestão, de gerenciamento eficiente ou não eficiente e, mais que isso, as instituições educativas devem passar a funcionar na lógica do mercado (gestão com incorporação de novas tecnologias, pesquisas prático-utilitárias,

subsidiadas pelas grandes organizações nacionais e internacionais). Competir é a lei na busca da qualidade.

Contudo, aqui nos cabe refletir sobre esta tão decantada “Qualidade”. De acordo com VEIGA (1996), a mesma possui duas dimensões: a formal ou técnica e a política. A formação que hoje se almeja é de um sujeito cidadão, crítico, participativo, ético, que bem mais do que saber fazer e operar com novas tecnologias, saiba, também, refletir e posicionar-se criticamente na sociedade da qual participa.

Neste sentido, ao pensarmos no tipo de homem e de trabalhador que se almeja, é preciso ter clarificadas as intencionalidades que o educador deve ter, pois ele pode estar contribuindo tanto para a manutenção do tipo e estrutura de sociedade que se tem, quanto para a superação qualitativa da mesma, uma vez que sua práxis recebe influências e também pode influir na visão de mundo, de sociedade, de educação que se tem.

É pertinente, pois, considerar as rápidas transformações por que passa a sociedade, as quais geram novos espaços de conhecimento e, ainda, que as instituições educacionais são instituições sociais, inseridas numa sociedade bem mais ampla, que se globaliza e, portanto, torna-se complexa. Deve-se considerar, também, que essa sociedade global tem uma lógica, que é

a do mercado e que essa lógica, por sua vez, acaba por determinar a ação do Estado.

Concluindo, podemos verificar que, se no campo educacional tudo vem sendo muito alterado é porque vivemos numa sociedade dinâmica, da qual esse campo, por ser parte, também é dinâmico. Portanto, os educadores não podem ser/ficar estáticos diante dessas alterações. Devemos, isso sim, buscar, numa visão de totalidade, entender todo esse complexo sistema, para, a partir daí, compreendermos o papel da Educação e caminharmos na busca da sociedade que queremos.

Se a sociedade está em rápida transformação, denota-se daí, a aceleração na produção de novas informações, conhecimentos e saberes, o que requer dos educadores uma **formação permanente e contínua e uma ação consciente, autônoma e reflexiva** (PERRENOUD, 1998; FREIRE, 1996), capaz de transpor a simples e mera transmissão de informações em processos formativos, ou seja, dar aos educandos condições de se apropriarem dos saberes, em prol da busca pela qualidade de vida.

À Geografia e aos seus professores, em especial, o desafio está posto: detectar, analisar, refletir e buscar novas alternativas de ação e de melhoria da qualidade do ensino e de vida, diante dos novos “espaços” do conhecimento que são gerados no dia-a-dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael; SILVA, Tomás Tadeu; ENGUITA, M. e outros. **Neoliberalismo, qualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **Os novos espaços do conhecimento**. 1994. Mimeo . Disponível em: <http://www.ppbr.com/ld/conhec.html>. Acesso em 25 setembro de 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARRACH, Sônia Alem. Neoliberalismo e Educação. In: SILVA JÚNIOR, Celestino A. da e outros. **Infância, Educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 42 - 56.

NEVES, Lúcia Maria W. Educação: um caminho para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 2^a. edição. Campinas: Papirus, 1996.